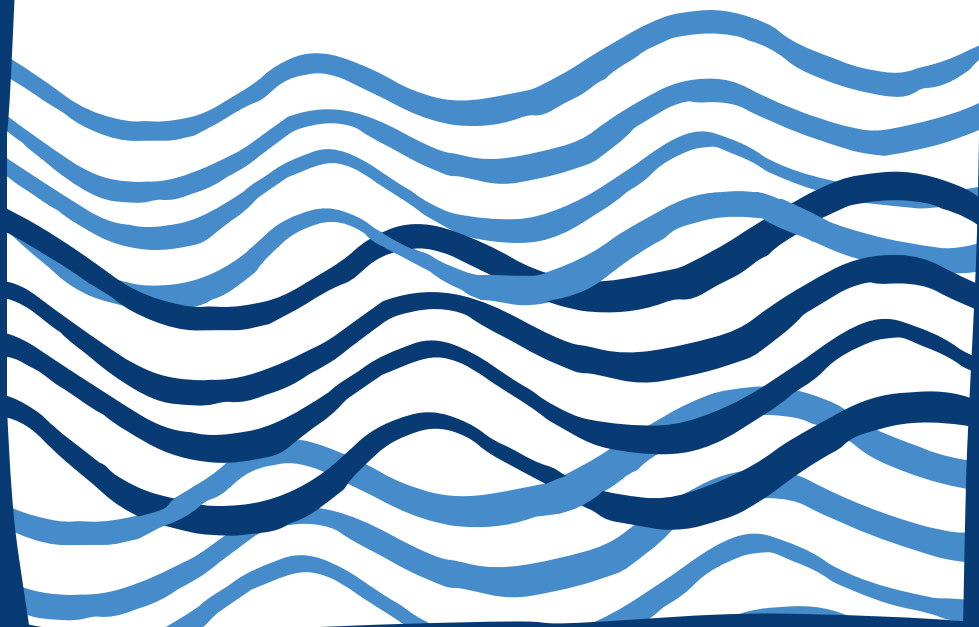


carta de direitos climáticos

ALDEIA MÃE TERRA



FICHA TÉCNICA

Realização: The Climate Reality Project Brasil e Associação Mãos Unidas

Metodologia: The Climate Reality Project Brasil

Mobilização: Associação Mãos Unidas

Apoio: Instituto SOS Pantanal

Autores da Carta: Agda Roberta, Alcione Fonseca de Souza Leoncio, Aldemir Julio Filho, Alderson da Silva Julio, Alencar Leoncio Rodrigues, Alice Leôncio Rodrigues, Alipio Vieira Leite, Ana Carolina Leoncio Rodrigues, Ana Clara Pereira, André Rodrigues Faustino, Caina Pereira, Caleomar Fonseca Victor, Cleomar Leoncio Roberto, Conceição de Souza, Djones Antonio Faustino, Estela Leoncio, Isaac Simião, Jader Pereira, Jaqueline Leoncio, Janaina Arruda, Jenifer, João Carlos Leoncio Rodrigues, João Leoncio, Joena Estela Leoncio, Jolinel Leoncio, Josiara Arruda Leoncio, Josimar Leôncio, Josimara Leoncio, Kauane, Leonan, Lucia Pereira, Manoel Roberto Kinikinau, Marcelina Leoncio, Marciana Leoncio, Marcielle Leoncio Rodrigues, Marcineia Leoncio, Marcos Leoncio Roberto, Maria Belizário, Maria Dalila de Souza, Maria Lucimara Polidore, Marileide Leoncio, Marluce Leoncio, Micael Leoncio Roberto, Miguel Leoncio, Ronilson Fonseca Pinto, Rosenilson, Saturnina Rodrigues, Tainara Arruda, Vitoria Machado Vitor, Zacarias Rodrigues e Zanone Cristóvão Rodrigues

Cacique: Zacarias Rodrigues

Vice-Cacique: João Leôncio

Articulador Local: Caleomar Fonseca Victor

Facilitadores do Encontro de Construção: Isadora Gran, Renata Moraes e Thalison Correa

Redação: Luize Sampaio

Revisão: Isadora Gran

Diagramação: Luane Teixeira

Coordenação: Isadora Gran

CARTA DE DIREITOS CLIMÁTICOS

ALDEIA MÃE TERRA

A Aldeia Mãe Terra integra o Território Indígena Cachoeirinha do povo Terena localizado no município de Miranda no Mato Grosso do Sul. Inserida no bioma pantaneiro, a aldeia sobrevive da luta dos seus moradores, que apesar das ações históricas de cuidado com o território ainda aguardam a demarcação da terra. O nome “Mãe Terra” foi escolhido pelas mulheres durante o movimento de retomada que aconteceu em 2005, quando guerreiros e guerreiras Terena se mobilizaram para recuperar seu território ancestral invadido por fazendeiros. A aldeia conta com mais de 80 famílias e é referência de retomada de território e de forte organização entre o povo Terena do estado.

Em 2007, dois anos após a retomada, os Terena convidaram o povo Kinkinau para vir para o território e lutarem juntos pela terra. Resistindo na união entre dois povos indígenas, os povos Terena e Kinkinau criam estratégias e ferramentas para manter a terra e a si mesmos de pé.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 231, deixa reconhecido aos indígenas os direitos originários sobre as terras que historicamente ocupam. A lei também determina que é dever da união demarcar, mas também proteger, essas terras. A luta dos anciões por demarcação vêm desde essa época e foram passando aos mais jovens a importância deste movimento, isso porque o prazo de cinco anos definido constituição para que demarcação nunca foi respeitado. O atraso desse cumprimento já dura mais de 30 anos.

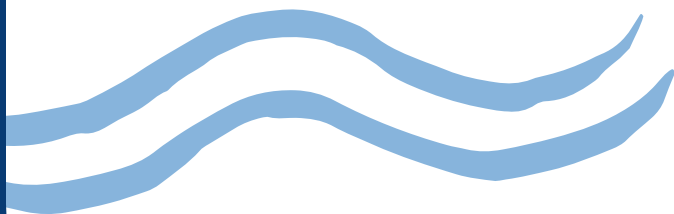


Com muita luta, foi concluído o estudo antropológico e publicado no Diário Oficial da União. Há promessa de demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha desde 2007. Direito à terra, água e saúde foram os eixos urgentes escolhidos pela Aldeia Mãe Terra.

São três espaços de luta que caminham juntos, já se sabe que a perda de um deles automaticamente provoca danos nos outros. São três espaços de luta que caminham juntos, já se sabe que a perda de um deles automaticamente provoca danos nos outros. Os “guerreiros Terena e Kinikinau” querem recuperar a natureza para viver em harmonia com ela, mas sofrem com a injustiça climática causada pela demora na demarcação de seu território e falta de acesso a direitos básicos.

“AS PESSOAS VÃO SE ARREPENDER DO QUE ESTÃO FAZENDO COM O PLANETA. MAS QUANDO?”

– Maria Belizario, professora da aldeia





Em uma lógica de perdas e danos, os moradores testemunham o desmatamento de suas matas e a seca de seus rios, que tem como consequência direta o sumiço dos peixes, a chegada de doenças e a falta de alimentos. Os mais antigos lembram da época em que viviam na floresta sem fronteiras, uma mata viva. Os relatos indicam que fazendeiros queimam a mata para criar pasto e não controlam sua propagação, resultando em grandes incêndios agravados pela crise climática. Essas ações resultam na morte de animais, árvores, aumentam o calor e prejudicam toda a comunidade.

Para combater esses ciclos de faltas consecutivas, a aldeia se mobiliza em mutirões de revitalização do seu território com ações de reflorestamento e recuperação de nascentes. Em um processo que começou com a colonização, os povos indígenas estão até hoje tentando sobreviver a um processo de dizimação. Os moradores da aldeia se reconhecem como combatentes das injustiças climáticas, são trabalhadores do clima não remunerados que não começaram agora com esse enfrentamento, mas seguem com reivindicações estratégicas. Confira:



EIXOS URGENTES:

01. DEMARCAÇÃO DE TERRA

02. DIREITO À ÁGUA

03. DIREITO À SAÚDE



***"O AR QUE RESPIRAMOS
VEM DA MATA E DAS ÁGUAS"***

DEMARCAÇÃO DE TERRA

01. Demarcação

Demarcação já! A Terra Indígena Cachoeirinha foi declarada como território indígena em 2007 pela Portaria 791 conforme o processo da FUNAI para demarcação. O processo que começou em 1984 está parado há 16 anos. Os povos Terena e Kinikinau demandam o marco físico dessa medida, que já foi publicada no Diário Oficial da União. Além disso, exigem também a homologação e registro dos 36.288 hectares da terra, para a recuperação das matas, nascentes e modo de vida dos povos indígenas. Esta ação é vista como uma medida crucial para preservar a diversidade cultural presente no território e assegurar o reconhecimento da Aldeia Mãe Terra como parte integrante da Terra Indígena Cachoeirinha.

Em Novembro de 2023, depois de muita pressão, os técnicos da FUNAI foram ao território para a colocação do marco físico. Essa é uma etapa fundamental para que o processo de demarcação avance, ela vai incluir a desapropriação de áreas da terra indígena que hoje estão privadas. Em meio a esse processo, do outro lado, fazendeiros estão junto ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASU) impedindo a entrada dos profissionais da FUNAI para reconhecimento dos marcos físicos da Terra Indígena Cachoeirinha. A Aldeia Mãe Terra vem denunciando o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e o comportamento do governo estadual. Há relatos da presença de policiais civis ameaçando moradores e técnicos da FUNAI. Além disso, surgiram denúncias de ateamento de fogo por parte de fazendeiros com autorização do próprio IMASU para renovação de pasto nas áreas próximas a terra indígena, outra medida para tentar intimidá-los. É preciso que o poder público garanta a segurança dos moradores da Terra Indígena Cachoeirinha e dos profissionais da FUNAI durante o processo de demarcação. Os moradores também se posicionam contra a indenização de fazendeiros que têm terras em território indígena. Para eles, esses investimentos devem ser feitos em políticas públicas que garantam uma vida digna para a população de povos indígenas do local.

02. Autogestão e Educação Diferenciada

A população indígena não é ouvida e não se sente contemplada pelas políticas públicas mais básicas para a garantia do seu bem viver tendo dificuldade de acesso a serviços públicos, como escolas e hospitais. Terena e Kinikinau são cidadãos que mantêm viva uma cultura e língua originária, para valorizar esses povos é preciso pensar em uma educação diferenciada que acolha seu modo de vida.

A comunidade acredita que serão verdadeiramente contemplados com seus direitos básicos a partir de uma autogestão cultural, social e política do território. Essa abordagem visa não apenas atender às necessidades básicas, mas também valorizar e preservar a rica diversidade cultural presente na Aldeia Mãe Terra.



DEMARCAÇÃO DE TERRA

03. Remuneração

Com brigadas de incêndio voluntárias organizadas pelos próprios indígenas, população historicamente responsável pela proteção da mata, os moradores buscam mitigar os efeitos das queimadas no território. Todo esse trabalho demanda tempo e riscos, por isso uma das medidas exigidas é a compensação pelo trabalho de mitigação climática desenvolvido por eles para recuperação da floresta, tanto nas brigadas como na restauração da vegetação local e recuperação das nascentes. Outra iniciativa para a valorização desse trabalho é a garantia de microcrédito para produção rural indígena, feita com consciência ambiental. Isso inclui a construção de estufas para proteger as plantas do calor extremo, além de uma estratégia de contratação de agentes florestais indígenas para atuarem no território.

"A demarcação abrange tudo: direito à saúde, educação, direito à terra, direito de viver e permanecer no território. Sem demarcação não tem nada."



DIREITO À ÁGUA

01. Perfuração de Poços

Apesar do Pantanal ser conhecido pelas suas águas abundantes, a população da Aldeia Mãe Terra sofre constantemente com a falta dela. Por isso, é fundamental a perfuração de poços para garantir acesso à água de qualidade para todas as famílias da aldeia.

02. Reservatórios de água para cada família e uma central para a comunidade

É necessário a instalação de reservatório de água encanada para cada família junto com uma rede integrada de distribuição de água, assim como a construção de um reservatório central para a comunidade. Em resumo, o que a população pede é apenas acesso a instrumentos básicos de saneamento.

03. Revitalização dos rios e açudes

A crise climática tem causado uma seca nunca antes vista pelos moradores, resultando em doenças e dificuldades na produção de alimentos. O primeiro passo para mitigar os impactos das injustiças climáticas nas aldeias é a limpeza dos rios e açudes junto com a recuperação das nascentes. Além de diminuir as secas, a recuperação vai ajudar a população no acesso à água potável e de qualidade.

“A água é um direito de todos. Dignidade indígena já!”



“A Mãe Terra está sendo perseguida e nosso direito à saúde está sendo negado. Nosso Povo está ficando doente e não estamos sendo assistidos. Posto de saúde indígena já!”

Um efeito letal e imediato do racismo ambiental e das injustiças climáticas na aldeia é na saúde da população indígena. Entre os problemas relatados estão: dor de barriga, problemas de respiração, problemas cardíacos e brotoejas. O calor extremo atrelado a falta de acesso à água, contribuem para um ambiente de insegurança. Outro fator que está diretamente ligado aos problemas de saúde dessa população é a falta de acesso às unidades públicas de saúde, indígenas da Mãe Terra relatam que o atendimento não contempla sua cultura.

01. Acesso a atendimento médico acessível, de qualidade que respeite a cultura local

Para que as famílias da Aldeia Mãe Terra tenham acesso a uma saúde de qualidade é necessário a presença de médicos e dentistas no território 2 vezes na semana, com substituto em caso de falta; carro para atender os pacientes que precisam ir longe para tratamento médico com direito a acompanhantes para idosos e crianças, assim como, concurso público específico para indígenas e contratação na área de saúde com vagas perto da comunidade. É necessário, também, valorizar os povos originários que vivem a sua própria cultura de cura. Por isso, o território precisa não apenas de um espaço de saúde próprio para sua população, mas também que essa UBS utilize medicamentos tradicionais. Esse espaço de saúde precisa estimular esses saberes, trazendo para a unidade de saúde canteiros com plantas medicinais, por exemplo.

02. Segurança Alimentar

O acesso a outros direitos básicos é fundamental para a manutenção da vida, como o acesso a alimentação com merenda de qualidade nas escolas, acompanhamento de engenheiros agrônomos nas lavouras e o fornecimento de cestas básicas.

03. Moradia digna

Garantir a saúde dessa população passa por qualificar diversos eixos de políticas públicas. É necessário a compreensão da saúde também na prevenção de doenças, sendo necessário a promoção de moradias dignas para as famílias com saneamento, água tratada e a colocação de lixeiras em pontos estratégicos da comunidade.



SOBRE O PROJETO

CARTAS DE DIREITOS CLIMÁTICOS

Cartas de Direitos Climáticos são ferramentas que permitem a mobilização e o engajamento dos territórios, no encontro do conhecimento tradicional com a ciência do clima, para apresentarem à sociedade as demandas prioritárias de suas comunidades por medidas de adaptação e mitigação climática. Estas medidas são determinadas pelos próprios moradores, através da troca de vivências e identificação dos impactos já sentidos e em busca da defesa de seus direitos e da justiça climática. A carta, então, vira um instrumento para que os moradores se tornem protagonistas para alavancar soluções, ocupando espaços estratégicos de fala e tomadas de decisão.

COMO VOCÊ PODE COLABORAR

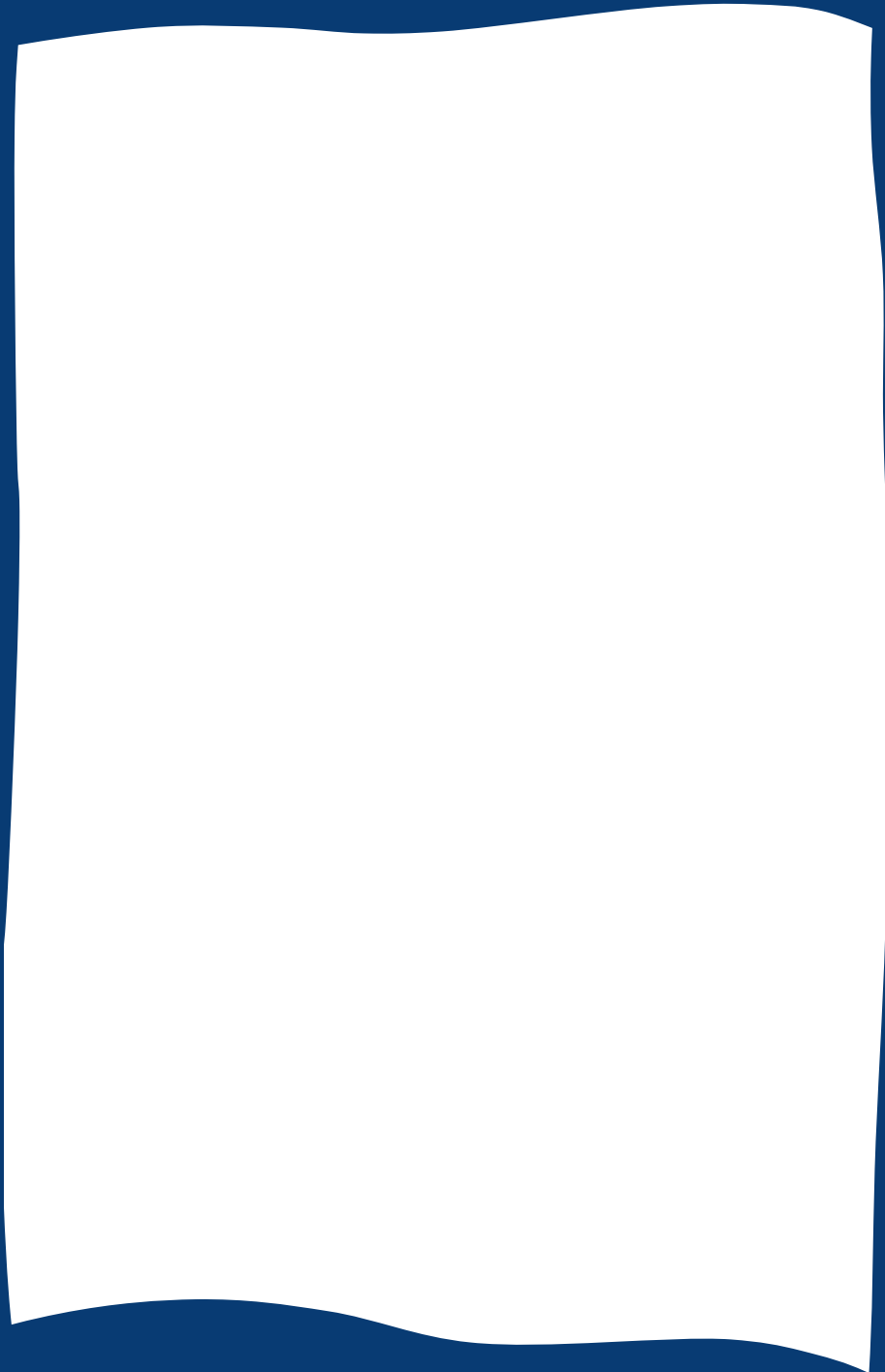
Junte-se a nós nesta jornada em busca da justiça climática.

Seja você um especialista no assunto ou alguém que apenas começou a se interessar pelo clima, sua contribuição é valiosa. Juntos, podemos criar um impacto real e defender um mundo mais verde e saudável para todos.

Se você acredita que pode colaborar com qualquer das medidas demandadas pelo território envie uma mensagem para **brasil@climatereality.com** e entraremos em contato com você.

O futuro está em nossas mãos.

ANOTAÇÕES



CARTAS DE DIREITOS CLIMÁTICOS



Conheça as outras cartas

REALIZAÇÃO:



**Aldeia
Mãe Terra**

APOIO:



www.climaterealityproject.org.br